



Agronegócio: discurso, condições de emergência e impasses de uma hegemonia

Diogo de Oliveira da Silva¹

Resumo

Este artigo investiga as condições de emergência do discurso político e da construção da identidade do agronegócio. A partir dos deslocamentos decorrentes da modernização conservadora, elenca os principais significantes e cadeias discursivas que fazem parte da construção de um projeto político hegemônico das elites agropecuárias no Brasil entre as décadas de 1980-1990. As reflexões desenvolvidas no artigo contribuem para pesquisas relacionadas à crítica ao agronegócio a partir de um suporte da teoria do discurso pós-marxista e sua articulação com uma economia política.

Palavras chave: discurso, agronegócio, identidade, hegemonia.

Agroindustria: Discurso, Condiciones de Surgimiento e Impases de una Hegemonía

Resumen

Este artículo investiga las condiciones de surgimiento del discurso político y la construcción de la identidad en el sector agroindustrial. Partiendo de los cambios derivados de la modernización conservadora, enumera los principales significantes y cadenas discursivas que conforman la construcción de un proyecto político hegemónico de las élites agrícolas en Brasil entre las décadas de 1980 y 1990. Las reflexiones desarrolladas en este artículo contribuyen a la investigación sobre la crítica de la agroindustria desde la perspectiva de la teoría del discurso posmarxista y su articulación con la economía política.

Palabras clave: discurso, agroindustria, identidad, hegemonía.

Agribusiness: Discourse, Conditions of Emergence, and Impasses of a Hegemony

Abstract

This article examines the conditions for the emergence of the political discourse and identity construction of agribusiness. Arising from the shifts brought about by conservative modernization, it outlines the key signifiers and discursive chains that form part of the hegemonic political project of Brazilian agrarian elites between the 1980s and 1990s. The reflections developed in this article contribute to research related to critique of agribusiness, drawing on post-Marxist discourse theory, and its articulation with political economy.

¹ Doutor em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisador sobre o Agronegócio, economia política e teoria do discurso pós marxista. dosilvasc@gmail.com

Key words: discourse, agribusiness, identity, hegemony.

1. Introdução: Agronegócio, identidade e poder

O agronegócio tem se feito representar politicamente, pelo menos a partir dos anos 1990, como um modelo normativo de sucesso da produção de commodities, com recordes sucessivos de safras produzidas, expansão de área de fronteira agrícola com incremento de produtividade e ampliação de acesso aos mercados de exportação (POMPEIA, 2018).

A partir de uma conversão política de dados econômicos, as cadeias discursivas das elites agroindustriais organizam concepções de que operam um “protagonismo na segurança alimentar global” (BRASIL, 2025) ao alimentarem 800 milhões de pessoas no mundo com os complexos de grãos e carnes (CONTINI, ARAGÃO, 2021), atuam através de uma atividade com alto progresso técnico e geração de riquezas (BUAINAIN, 2013) e que promovem uma integração do país à cadeias globais de comércio (AGROPENSA, 2018).

A dimensão discursiva das elites agroindustriais tem ganhado tanta relevância que aquilo que, num primeiro momento, poderia ser entendido como um modelo gerencial de negócios agrícolas na busca pela ordenação de um determinado padrão de produção, comércio e financiamento de commodities agrícolas (SAUER, 2008; ELIAS, 2002; 2021; BARROS, 2022) ou do relançamento de uma forma de acumulação de capital organizado em torno da renda da terra (DELGADO, G., 2012), transformou-se também numa nova forma de constituição de uma identidade política de seus agentes (BRUNO, 2009), na busca pela conformação de uma hegemonia (IORIS, 2018; ALENTEJANO, 2020) e uma sociedade (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Em cadeias de equivalência antagônicas, todavia, circulam significantes que associam o agronegócio a outras relações de identidade, tais como: ao uso abuso de agrotóxicos (BOMBARDI, 2017); ao desmatamento, à grilagem e violência (DATALUTA, 2018) em conjunto com a expansão de área de fronteira agrícola possibilitada por regularização fundiária frouxa (REYDON, 2014), à expropriação de terras de populações étnicas (ALMEIDA; MARIN, 2010), a um padrão tecnológico excludente e conservador (BRUNO, 2009).

A teoria do discurso pós-marxista pode oferecer uma leitura a respeito deste processo de ambivalência a respeito do agronegócio, na investigação da construção de uma identidade, hegemonia e ideologia das elites agroindustriais no Brasil, por meio de uma dimensão de análise do político, ou seja, dos processos articulatórios de significantes que tentam organizar um sentido do social a partir de práticas de sedimentação de múltiplas diferenças, particularidades

(LACLAU, 2000).

Pensar o agronegócio nesta lógica significa identificar por quais condições de emergência e articulações discursivas se tornou possível às elites agrárias e agroindustriais transitarem de uma cadeia de equivalências em que eram identificados com a concentração de terras, a pobreza rural, ao desenvolvimento econômico concentrador de renda ao discurso de que o agro é a própria riqueza do Brasil, mote tão repetido por propagandas publicitárias do setor e no que Gerhardt (2011) encontrou uma neologia infinita em agronação, agrohomen, agromulher, agroator, em suma, agrobrazileiro.

Nesta direção de pesquisa, utilizamos publicações da Revista *Agroanalysis*, discursos de lideranças do Agronegócio, da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Agropensa (Embrapa) e de teóricos vinculados a programas de pesquisa que visam organizar o discurso do mundo rural do Agronegócio para expor os seguintes objetivos do artigo: a) identificar o processo em que o agronegócio opera por uma lógica social onde passa a existir como um discurso dominante sobre o desenvolvimento agrícola; b) a construção de uma identidade de seus agentes políticos a partir da exclusão constitutiva da agricultura familiar camponesa e da questão agrária; c) as lógicas políticas que desde os anos 1980 possibilitaram a articulação de um discurso hegemônico do agronegócio.

A ordem de apresentação segue por uma exposição breve a respeito da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, tendo por foco as principais contribuições metodológicas apresentadas por Howarth e Glynos (2007), a partir da construção das lógicas sociais, políticas e fantasmáticas na estruturação de discursos. Na terceira sessão elaboramos uma interpretação das condições de emergência do agronegócio, a partir da lógica da diferença, ou seja, do estabelecimento de um vínculo de relação entre identidades que se organiza pela pluralidade do espaço social, na obliteração de fraturas e antagonismos sociais e por fim, na última seção, há uma descrição da construção de uma articulação discursiva em torno do agronegócio como um significante. A dimensão de análise ocorre num nível de interpretação do político, ou seja, das lógicas discursivas que constroem um social sedimentado. Explicar porque foi possível ao agronegócio disputar uma hegemonia e competir pela fixação de significantes numa cadeia discursiva é a proposição e o limite deste artigo.

2. A teoria do discurso como ferramenta de análise

Glynos e Howarth (2007) desenvolveram uma metodologia para a aplicação da teoria do discurso a partir de um modelo de pesquisa baseado em problemas, no qual a identificação

de lógicas articulatórias como modelos explicativos dos processos sociais permitem identificar regras de reprodução de um discurso. Lógicas são regramentos sociais, ou, dito de outro modo, maneiras pelas quais as regras que governam práticas sociais foram estabelecidas por discursos (Howarth, 2005), no que estão relacionados os sujeitos, os objetos e os sistemas de relações que os vinculam (HOWARTH, 2005, GLYNOS; HOWARTH, 2007).

As lógicas podem ser pensadas em três orientações: a) lógicas sociais; b) lógicas políticas e c) lógicas fantasmáticas (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Por lógicas sociais consideramos a forma como um determinado conjunto de regras, padrões e princípios passaram a ordenar determinada realidade, em suas práticas e vínculos sociais (HOWARTH, 2005).

As lógicas políticas, por sua vez, permitem conceber os discursos em seus processos, formas de articulação, sedimentação e contestação de determinadas identidades e ordens sociais, ou seja, expressam as formas pelas quais uma determinada lógica social passou a ser dominante num campo discursivo (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Laclau e Mouffe (1987) definem duas formas desta operação no político: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Na primeira, os processos de articulação discursiva ocorrem pela expansão das diferenças no campo discursivo, de modo que o social é complexificado pela multiplicidade de particularidades e identidades que passam a articular discurso dentro de determinada ordem sem, no entanto, haver a criação de fronteiras internas como base para o político (LACLAU, 2005; 2011). A lógica da equivalência, por sua vez, exprime a simplificação do espaço social discursivo, por intermédio da construção de fronteiras e o estabelecimento de um discurso antagônico e outro, antagonizado. A sociedade passa a ser dividida em dois campos, em duas cadeias equivalências incomensuráveis (LACLAU, 2005; 2011).

As lógicas fantasmáticas, por sua vez, operam na interpelação dos sujeitos, em formas de engajamento a determinado discurso (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Na interpretação de Stavrakakis (2007) a respeito do processo de sobredeterminação de sujeitos operado nas lógicas fantasmáticas, as articulações hegemônicas dão conta de explicar a conformação de ideologias e da representação na formulação de identidades, mas a fortaleza de uma operação hegemônica reside no investimento libidinal e afetivo, organizado em torno de um objeto de discurso.

Nesta lógica da fantasia, Glynos e Howarth (2008), relacionam duas formas gerais de construção deste objeto mítico de identificação: a) uma descrição de uma *beatific dimension*, em que a unidade de grupo é apresentada como uma plenitude social, após a superação de um Outro que a constrange, e uma *horrific dimension*, que organiza o discurso do desastre, de perda de referência, caso a plenitude social seja obstaculizada pelo Outro.

A conformação do campo discursivo é fundamental para entendimento das práticas articulatórias de discurso de uma identidade. O modo em que podemos conceber uma configuração discursiva, um campo discursivo, está vinculado, por sua vez, a um determinado contexto, no qual são organizadas as condições de existência de um *explanandum* (LACLAU, 2000; GLYNOS; HOWARTH, 2007).

3. Agronegócio: das condições de existência do agronegócio à lógica da diferença

A ideia de agronegócio é comumente difundida como um conjunto de cadeias produtivas de commodities agrícolas com encadeamentos à jusante e à montante com setores industriais e de serviços. O conceito foi originalmente desenvolvido por John Herbert Davis e Ray Allan Goldberg e ganhou maior destaque nos EUA dos anos 1960 e 1970, agenciado por grandes corporações do ramo agroalimentar, bem como seus críticos (POMPEIA, 2018).

Ainda segundo Pompeia (2018), o termo no Brasil já é usado de longa data, desde 1950, passando por uma ampliação de seu uso com múltiplas conotações entre os anos 1970-1980 e dele foram derivadas concepções como a dos Complexos Agroindustriais e Sistemas Agroindustriais no debate brasileiro; o predomínio da ideia de agronegócio/agribusiness no Brasil foi se dar apenas nos anos 1990, a partir de um projeto político-ideológico as elites agroindustriais, capitaneado pela empresa Agrocere e na fundação de Abag - Associação brasileira do agronegócio.

A construção deste projeto político, que mais do que uma discussão conceitual entre as relações de vínculos, dependência ou subordinação entre indústria e agricultura, esteve orientada para a formação de uma nova identidade política das elites agroindustriais, em cenário de múltiplos deslocamentos estruturais decorrentes do esfacelamento da modernização conservadora. É, portanto, uma identidade com condições históricas de existência, no que elencamos fatores de deslocamento de uma estrutura discursiva em decomposição - aquela vinculada às políticas de substituições de importações e à modernização conservadora - à transição ao neoliberalismo e à globalização dos anos 1980-1990.

Os elementos que perfazem a modernização conservadora relacionam uma transmutação da questão agrária em questão agrícola para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, logo, avanço tecnológico e produtivo sem reestruturação da estrutura da propriedade da terra (GUIMARÃES, 1982; PIRES; RAMOS, 2009); uma articulação de uma reorganização mais geral do capitalismo na agricultura, através não apenas da industrialização e penetração do capital financeiro a ordenar a dinâmica de extração e repartição da renda da terra pela

mediação do Estado (DELGADO, G., 1985), mas também de um arranjo de interesses em torno da construção de formas de interação sociopolítica de complexos agroindustriais (SILVA, 1998).

Uma articulação discursiva promovida através do Estado, dadas as multiplicidades de dinâmicas e fragmentações nas diferentes cadeias produtivas, na regulação, de um ponto de vista econômico, de parâmetros de rentabilidade de capitais em diferentes ramos produtivos, mas também da forma de regularidade de interação entre as elites agrárias, o capital industrial, financeiro e o Estado.

De modo que os complexos agroindustriais poderiam ser compreendidos como complexo de “orquestração de interesses”, “máquina de organização de interesses”, como espaço de articulação e regulação de conflitos e antagonismos entre atores, de modo que não há apenas um maior intervencionismo do Estado, mas também uma penetração destes grupos de interesses no Estado (SILVA, 1998).

Além disso, a partir do Estado se promoveu um conjunto de medidas de intervenção sobre a questão agrária e agrícola, como formas de integração das classes subordinadas do campo à ordem social da modernização conservadora (SORJ, 2008), a deslocar a relação de domínio político dos grandes proprietários e suas organizações sobre os camponeses (PALMEIRA, 1989; SORJ, 2008).

O derrocamento desta articulação discutida como uma econômica, política e ideológica de modernização no campo pode ser entendido por três fatores de deslocamento que foram, por sua vez, as condições de emergência de um novo discurso das elites agroindustriais: a) a crise do modelo de substituição de importações e reorientação neoliberal do Estado em sua intervenção da agricultura (DELGADO, N., 2012), b) o estado de fragmentação do patronato rural e agroindustrial a partir dos anos 1980 (SILVA, 1998; BRUNO, 2009); c) a questão da redemocratização e da reforma agrária como uma demanda social de múltiplos atores (MENDONÇA, S., 2010).

No primeiro aspecto, a crise de um modelo de regulação do setor agrícola, através, principalmente, do enfraquecimento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi ocasionada pela crise fiscal e do endividamento do Estado nos anos 1980, além do processo inflacionário e pelo ajustamento da economia brasileira à globalização nos anos 1990 (LEITE, 1996), o que minorou as intervenções diretas e os fluxos monetários de recursos ao setor a partir do Estado (ABAG, 1993; JANK, 1994; BUAINAIN et al., 2013).

Respectivamente, no segundo aspecto do deslocamento da modernização conservadora, o próprio desenvolvimento das forças produtivas - gestado pela política de modernização conservadora - ao promover a especialização da produção agrícola, ocasionou o deslocamento

desta articulação discursiva ao acirrar as disputas interclasse pela participação no Estado, por meio do acesso a recursos financeiros e fiscais (Silva, 1998) e pela renda da terra, bem como na dificuldade de criar consenso em meio a uma crise de representação política do patronato rural nos anos 1980 (MENDONÇA.R., 2006, 2010).

Por fim, as lutas pela redemocratização, com o surgimento de uma multiplicidade de novos atores, mudaram os contornos desta relação sociedade civil- Estado no país. Com o surgimento de uma série de novos atores, há uma explosão da categoria de trabalhador rural e da representação da Contag (MEDEIROS, 2001), quanto uma multiplicação das demandas pela questão agrária, entre as diferentes identidades que emergem discursivamente nos anos 1980, a partir de novos movimentos sociais (BRUNO, 1997) e do novo sindicalismo (PICOLOTTO, 2009).

Em cenário de fragmentação política, crise do Estado autoritário e forma de acumulação e ampliação de lutas populares por reforma agrária, a forma de mediação e construção dos interesses passou a habitar uma estrutura deslocada de expectativas e crise do processo de significação, portanto, o que restava do imaginário político anterior se tornou, tomando de empréstimo uma expressão de Schwarz (1999, p.158) a respeito do desenvolvimentismo, “uma idéia vazia, ou melhor, uma idéia para a qual não havia dinheiro²”.

Ainda neste contexto dos anos 1980, o patronato rural buscou construir uma nova retórica política, pelo agenciamento da ideia de que eram os representantes de uma atividade produtiva onde operaria uma lógica social empresarial organizada pela moderna, tecnológica e racional produção agropecuária (BRUNO, 1997).

Empresa e empresário rural, como identidades que articulavam significantes como racionalidade, profissionalização, criatividade, iniciativa, modernização, adaptação à inovação tecnológica, produtividade entre outros signos que se buscavam vincular à ideia de modernidade (MENDONÇA, R., 2010) e representavam uma tentativa de construção de uma cadeia de equivalências a respeito do significado de atuar numa atividade produtiva em que as relações de poder haviam sido complexificadas (BRUNO, 1997) pelos três fatores de deslocamento que citamos na seção anterior.

O ponto fundamental desta articulação de identidade esteve organizado sobre o que é o centro do problema das relações sociais no político: a construção do vínculo entre dominantes e dominados, na forma em que as relações de poder são organizadas, estabelecidas e criticadas,

² Em 1993, na proposição do agronegócio como um novo modelo da agropecuária, a própria ABAG afirma esta proposição: “o modelo agrícola intervencionista da década de setenta, baseado no crédito farto e subsidiado e nos estímulos à modernização tecnológica, com suas virtudes e defeitos, faliu” (ABAG, 1993, p.51).

em cenário de deslocamento de uma estrutura de significação.

Nos termos de Laclau, uma estrutura de significação é deslocada quando o “modo como seus elementos integrantes foram articulados é questionado, problematizado ou inviabilizado; quando sua contingência, ou historicidade irreduzível, é revelada”. (LACLAU, 2011, p.138). Ou ainda quando uma estrutura não pode mais reproduzir seus efeitos de estruturalidade, de repetição, estando aberta para novos efeitos de hegemonia, por intermédio da atualização de alguma das possibilidades históricas presentes (LACLAU, 2000).

Nos anos 1980, com o avanço da redemocratização e a bandeira das “Diretas já”, como discurso antagônico ao antigo regime ditatorial (MENDONÇA, D., 2007), havia ocorrido uma socialização da política, em que novos sujeitos e suas próprias organizações de representação passam a estar em luta por um desenvolvimento igualitário e a compor uma nova relação Estado-Sociedade civil pelo regime de participação democrática (DAGNINO, 2004).

E, neste contexto de disputa entre cadeias de equivalência democrático-populares e cadeias de equivalência do antigo regime opressor (MENDONÇA D., 2007), foi o conflito em torno da Reforma Agrária que marcou um passo significativo na conformação de unidade na contradição de representação das elites agrárias e agroindustriais, em especial entre a União Democrática Ruralista, liderada por Ronaldo Caiado, e a FAAB (Frente Ampla da Agropecuária Brasileira), liderada por Roberto Rodrigues, então presidente da OCB e Alysson Paolinelli (ex-presidente da CNA), frente ao antagonismo dos novos movimentos sociais (BRUNO, 2017).

A derrota dos movimentos sociais progressistas na luta pela Reforma Agrária tanto no PNRA (Programa Nacional da Reforma Agrária), quanto na Constituinte, esteve vinculada à esta capacidade da organização da burguesia agrária e à desarticulação das forças progressistas (FERREIRA, ALVES, CARVALHO FILHO, 2009). A experiência de organização política das elites agrárias possibilitou também que a FAAB se tornasse um exemplo de forma política para outras empreitadas das elites agrárias: da agropecuária ao agrobusiness (POMPEIA, 2018)³.

De um ponto de vista de uma articulação discursiva mais geral, pela incapacidade das forças políticas progressistas de realizar um ajustamento entre a proliferação de demandas populares e o Estado, em crise financeira, fiscal e inflacionária, acaba por solapar a articulação

³ Em entrevista à revista *Agroanalysis* (V.19, n.4, 1999, p.3), Roberto Rodrigues, então no início de sua presidência da ABAG em 1999, afirmou que buscava levar a instituição a ser uma articuladora política das entidades do setor, como uma reformulação da experiência da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB). Pompeia (2018) demonstra como a FAAB foi uma instituição de articulação política importante para a agropecuária e na instalação das bases de condições políticas para a construção da ABAG como entidade representativa do agribusiness.

política da cadeia de equivalências do imaginário desenvolvimentista igualitário e a abrir espaço, nos anos 1990, para que o discurso neoliberal encontra-se eco entre as elites empresariais, intelectuais, imprensa e parte das classes populares no país (SALLUM JR., 2003; FIORI, 2007; FILGUEIRAS, 2008).

De modo que a reformulação da ação do Estado e uma reconfiguração da sociedade civil, por meio do avanço da ideologia neoliberal, passaram a organizar as condições de discurso de múltiplos agentes. Foram excluídos elementos de discurso tais como o Estado intervencionista, o desenvolvimentismo, a substituição de importações e passam a configurar no campo discursivo elementos como a abertura, liberalização e desregulamentação econômica, reorientação do papel do Estado, sociedade civil participativa, entre outros.

Passa a haver, na relação Estado-sociedade civil, uma operação hegemônica de um campo discursivo ordenado pela confluência entre o neoliberalismo e as bandeiras ético-políticas da luta pela redemocratização em torno de significantes como participação, cidadania, entre outros (DAGNINO, 2004). Essa rearticulação de deslocamento de significantes de um campo a outro - da luta pela redemocratização à ordem neoliberal - transformou a sociedade civil de um espaço de conflito, para um espaço de colaboração, participação, cidadania, na busca de soluções práticas e parciais a problemas de ordem totalizante (DAGNINO, 2004; BURGOS, 2015).

É neste contexto histórico que se estabelece a lógica da diferença e a operação de articulação discursiva do agronegócio, que buscou realizar uma transformação de seu discurso para uma nova configuração discursiva posterior à modernização conservadora, pois como bem captou Luiz Hafers, uma importante liderança do patronato rural à época: “o juiz final de todas as ações é a opinião pública, que por sua vez pressiona o legislativo, que pressiona o executivo. No governo totalitário tínhamos um atalho, que era conhecer o ministro. Hoje isso não funciona mais” (AGROANALYSIS, fevereiro, 1998, p.3).

A lógica da diferença como um campo de discursividade retrata a existência de múltiplas diferenças que são positivities e estão num *continuum* de um espaço de representação relativamente homogêneo, uma forma de organização política em que momento do antagonismo foi reduzido. Entendemos este espaço político como uma totalização institucionalista, em que demandas diferenciais são atendidas em sua específica particularidade, fora do contexto de emergência de sua enunciação (LACLAU, 2005), logo, localizadas num sistema diferencial de relações de significação.

A interpretação de Dagnino (2004) a respeito da relação de confluência entre o neoliberalismo e os princípios da redemocratização expõe esta forma particular de articulação hegemônica. Neste processo, que localizamos a parte da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, ocorre uma formação discursiva que, exatamente por incorporar diferenças, em lógicas sociais de participação, colaboração, solução técnica de conflitos, simultaneamente delimitou o horizonte do que seria politicamente possível. Ou seja, na lógica da diferença, exclui-se a possibilidade dividir o espaço social pelo antagonismo como fundamento do político (MOUFFE, 2007).

Restava, numa sociedade civil organizada pela ideologia dos mercados, o convencimento ideológico, a orientação de sua civilidade, no predomínio de uma lógica da diferença que busca de fazer coincidir esta formação discursiva da comunidade e seus limites (LACLAU., 2000). Tendo sido reduzido o espaço para a contestação radical do social, esta formação discursiva possibilitou uma específica forma de organização de um discurso hegemônico das elites agroindustriais no Brasil a partir dos anos 1990.

Neste sentido, o empreendimento mais promissor ocorreu em 1993 com o surgimento da Associação Brasileira do Agribusiness (ABAG), na esteira do avanço de um patronato rural liberal e progressista que buscava galgar uma legitimidade política (POMPEIA, 2018) em cenário de possibilidades de uma agropecuária modernizada e internacionalizada (BRUNO, 1997). Naquele momento, emerge politicamente uma articulação discursiva do *agribusiness* no Brasil como um modelo sistêmico de organização econômica e política das elites agrária e agropecuária em processo de globalização, como uma proposição de hegemonia política e um discurso adaptado ao tempo do domínio da lógica da diferença.

3. O agronegócio como boa agricultura e a boa sociedade

No começo dos anos 1990, em artigo publicado na *Agroanalysis*, Marcos Sawaya Jank (v14, n2, 1994, p.3) definiu o *agribusiness* como um “sistema de produção de alimentos e fibras”; Ney Bittencourt de Araújo, em cerimônia de posse dos diretores da ABAG, realizada no Congresso Nacional em 1993, referiu-se ao significativo sistema associado ao *agribusiness* 14 vezes, vinculado, por sua vez, a elementos mais amplos como “sistema novo”, “eficiência do sistema”, “sistema do agribusiness”, “agentes do sistema”, “segmentos do sistema”, entre outras. Como um sistema nesta última acepção, o agronegócio é um discurso e foi construído para formular a representação política de suas cadeias de negócios no Estado e na sociedade civil, através da composição de uma unidade e identidade.

Nos termos de Pompeia (2018) esta ideia de sistema é entendida como uma concertação

que reúne um conjunto de entidades de representação do agronegócio na busca de influenciar a opinião pública e mesmo participar da esfera pública, além de alcançar convergência política entre seus agentes e o Estado no que diz respeito a temas transversais a todas as cadeias produtivas do setor, tais como: política de crédito, política sanitária, seguro rural, infraestrutura, política macroeconômica, comércio exterior, entre outras, além da política agrária e agrícola.

Entretanto, mais do que uma concertação, o sistema também é uma tentativa de construir um Estado e uma sociedade que lhe correspondam, é, portanto, uma busca por realizar o sentido da hegemonia: formar, a partir de uma particularidade, uma universalidade; forjar, por intermédio de uma limitação do jogo das diferenças, que constitui toda relação social, uma ordem estabilizada em que constam elementos como uma falta que revela a estes sujeitos uma necessidade de identificação social; um ideário de plenitude que responde por esta ausência de identidade e antagonismos que ameaçam esta última (Laclau, 2000).

Iniciemos pelo sentido de falta constitutiva, ou seja, nos termos da teoria do discurso aplicada ao caso, de deslocamentos estruturais que impediam que a estrutura da modernização conservadora de reproduzir a identidade da “moderna agricultura”, da “empresa agrícola” do ponto de vista de instabilidades vinculadas ao Estado e à sociedade como um objeto numa cadeia discursiva.

Em publicações, artigos e entrevistas na Agroanalysis e da ABAG, o Estado foi inicialmente construído como um problema político para as elites agropecuárias. Era descrito como paternalista (JANK, 1994), falido (JANK, 1994, RODRIGUES, 1995, 1998), parasita (ARAÚJO, 1993), responsável pela crise da dívida na agricultura (CAMARGO NETO, 1994), pela imposição de discriminação à agricultura (AGROANALYSIS, v. 15, n. 8, 1995), como a transferência de renda das atividades agropecuárias às cidades (Agroanalysis, 1998) no peso da sustentação da transição à estabilidade de preços (PINAZZA; ALIMANDRO, 2000).

Não bastassem todas estas fontes de instabilidade, o Estado também era associado ao acirramento da crise política da luta pela terra (RODRIGUES, 1998), num período em que as elites agrárias e agropecuárias se queixavam de não terem sequer interlocutor credenciado junto ao governo federal (AGROANALYSIS, v. 17, n. 12, 1997, p.9). A partir destas e outras críticas, Ney Bittencourt de Araújo sintetizou o discurso da Abag sobre o Estado: “É preciso, antes de tudo, recuperar a sua cabeça. Não uma cabeça grande, inchada, pesada, corrompida; mas uma cabeça normal, leve, ágil e racional” (ABAG, n.p., 1993).

A sociedade, por sua vez, era descrita como aquela que não sabe quem é o agronegócio (AGROANALYSIS, v. 19, n. 09 1999), não reconhece as suas contribuições, não tem dimensão de sua relevância social, pujança econômica, mas, sobretudo, tem uma visão negativa do setor

(RODRIGUES, 1995), para o qual atribuem o atraso, a busca por favores do Estado, o calote de dívidas com o crédito público (AGROANALYSIS, v. 18, n. 9, 1998).

Novamente, assim como em relação ao Estado, a luta pela terra aparecia como um antagonismo político relevante, dado o suporte social que angariou socialmente, na segunda metade dos anos 1990, o que Roberto Rodrigues tomou como “inacreditável suporte que a violência vem recebendo da sociedade” (RODRIGUES, 1997, p.19).

O crescimento político da reforma agrária na sociedade e no Estado ocorreu principalmente após o Massacre de Corumbiara, em 1995, e em Eldorado dos Carajás, em 1996 e da ação política dos movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (Fundação FHC, 2000). De acordo com os dados da Dataluta (2018, p.13), entre 1996 e 1999 há um ascenso das ocupações de terras por movimentos sociais, respectivamente as ações variam de 450 ocupações a 856, assim como há um crescimento do número de famílias e de assentamentos criados.

Assim que, por intermédio da articulação da ideia de injustiça e desconhecimento a partir de um Outro, esta sociedade e Estado que lhes eram estranhos, é que a identidade do agronegócio passa a ser o mote de uma agenda de reconhecimento que deveria organizar um novo modelo de agenciamento político, em torno de uma aliança entre as elites agroindustriais, elite agrária, outros setores econômicos relacionados às cadeias de produção, financiamento, distribuição e comercialização de produtos agrícolas, o governo e a sociedade por um novo modelo agrícola nacional (RODRIGUES, 1998).

Conforme apontou Roberto Rodrigues, em 1999, como então presidente da Abag: “procuramos remontar a articulação política com as entidades do setor. É preciso rediscutir nossos objetivos e funções, priorizar os projetos e unificar as propostas” (Rodrigues, 1999, p.4).

A ideia era atualizar e ampliar os esforços de unidade política das elites agrárias e agroindustriais⁴ ocorrida durante as disputas contra os movimentos sociais em torno da reforma

⁴ Para fazer frente às políticas governamentais, em especial ao tema da dívida no setor agropecuário, ponto destacado de agenciamento político das elites agropecuárias nos anos 1990, a unidade é descrita por Roberto Rodrigues como fundamental. No artigo de opinião intitulado “Um só discurso”, em sua coluna “Diário de Bordo” na revista Agroanalysis, Rodrigues põe em relevo a dificuldade de construir consenso no setor patronal da agropecuária, elencando problemas como a proliferação de entidades de representação, a sua legitimidade, a ausência de processos e procedimentos de tomada de decisão entre as lideranças do setor - fator que atribui a uma ordem cultural (Rodrigues, 1999). Rodrigues acaba por revelar a dificuldade do projeto político da ABAG de constituir uma coerência de discurso ao agronegócio, dadas as múltiplas e fragmentadas demandas oriundas de diferentes cadeias agropecuárias e suas respectivas lideranças. Este ponto já havia sido destacado na revista Agroanalysis por Luiz Antônio Pinazza, então gerente de negócios da Agrocerec e professor do Pensa/USP, Programa de estudos dos sistemas agroindustriais, ao relacionar o agronegócio a uma orquestra, com bom músicos e instrumentos - respectivamente, os primeiros como os tomadores de decisão da iniciativa privada e do governo, e, os segundos, as empresas e organizações do setor - mas sem sintonia e desafinado (PINAZZA, 1997, p.8-9).

agrária no Plano Nacional de Reforma Agrária e na Constituinte; o modelo era a própria Frente Ampla da Agropecuária brasileira (FAAB), em termos mais gerais, com a articulação do cooperativismo, sindicalismo, acadêmicos, entre outros grupos da sociedade civil (RODRIGUES, 1999) para construir uma agenda legitimada do agronegócio, o que, por sua vez, desembocava na própria construção da identidade do setor.

Dentro deste processo de significação, a operação discursiva das elites agroindustriais buscou agregar muitos significantes numa cadeia de equivalência em torno do agronegócio. Como no discurso de Ney Bittencourt de Araújo, na fundação da Abag, em 1993, o agronegócio corresponderia à integração do país nos mercados globais, à interiorização e desconcentração do desenvolvimento econômico, à geração de emprego, renda e, fundamentalmente, à garantia da segurança alimentar dos brasileiros (Abag, 1993). De tal forma que cada particularidade que compõe ou se relaciona com a atividade de produção de produtos agrícolas poderia se reportar a uma única forma de classificação e reconhecimento: o agronegócio.

Estes significantes articulados ao agronegócio se deram por 3 principais pontos nodais de organização de discurso, enquanto também ocorreram, pelo menos, 3 exclusões do campo da significação. Identificamos, respectivamente, um novo modelo de acumulação de capital, a construção da ideia da empresa agrícola e o predomínio do capital e do mercado na organização da produção agropecuária e, como contrapartida, antagonismos como a questão agrária, os movimentos sociais de luta pela terra e a agricultura familiar camponesa.

Por ponto nodal, consideramos aqueles significantes que são capazes de abarcar, de se tornar polo agregador, de múltiplas outras diferenças (LACLAU, 2000). Ou seja, tendem a ser uma plataforma de junção e estabilização de significantes para uma cadeia de equivalência (Laclau, 2011). Os três significantes apontados no parágrafo anterior como pontos nodais são fundamentais nesse papel porque dizem respeito ao discurso de um novo modelo econômico e social⁵ na agropecuária.

As exclusões, por sua vez, expressam exatamente aqueles significantes que negam a sedimentação da ordem discursiva, bem como demonstram a contingência de sua organização social (LACLAU, 2011), logo, temos em conta aqueles elementos que não podem ser incluídos dentro da cadeia de significação sem romper a estabilização de seu fluxo de diferenças e equivalências, ou seja, sem interromper a organização de particular, histórica e contingente formação discursiva.

⁵ Buainain et al. (2014) foram os responsáveis por um princípio de sistematização de um novo discurso para as relações sociais do rural e servem de base para que possamos identificar parte das condições de emergência do Agronegócio.

Na formação discursiva do agronegócio, o significante “novo modelo econômico” ou “nova forma de acumulação de capital” não é apenas uma resultante do deslocamento da modernização conservadora, do crédito subsidiado, da criação de instituições de pesquisa e extensão e da intervenção do Estado, mas também é resultado da crise e reestruturação desse ordenamento social.

É na descrição dos acontecimentos da década de 1990 que haveria na atividade agropecuária a um outro modelo econômico, por intermédio das políticas de liberalização, desregulamentação, abertura para o capital transnacional nos anos 1990, assim como a estabilização da inflação, a reorientação da ação do Estado nas políticas de desenvolvimento agrícola, o surgimento e a ampliação de canais privados de financiamento à atividade agrícola (BUAINAIN et al. 2014).

Em síntese, uma nova fase do desenvolvimento agrícola, em que o capital toma o lugar que pertenceu à terra (aumento de produção em decorrência da expansão da fronteira agrícola) no processo de formação e apropriação de riquezas no campo; as políticas intervencionistas do Estado num dirigismo da atividade agrícola e agropecuária dão lugar ao livre jogo das forças de mercado, com a abertura de espaços de acumulação de capital em áreas públicas, através da privatização,

Mas por “novo modelo econômico” da agricultura, o discurso faz mais do que atualizar os parâmetros da acumulação de capital da modernização conservadora a um período de ampliação da inserção externa da agricultura brasileira (MATTEI, 2014) e do adensamento da participação do capital financeiro no financiamento e especulação com as commodities, é também um discurso de uma racionalidade agropecuária que suplanta o passado da violência e da barbárie pela luta por sobre o controle da terra.

Se o sistema afirma a racionalidade de mercado da agricultura e a empresa agrícola, como novo modelo de produção, o faz, por excelência, para excluir a realidade histórica dos significantes como camponeses, latifundiários e da questão agrária. Como recorda Bruno (2009), as palavras camponês e latifundiário expressam uma realidade de uma disputa histórica em torno da terra, sendo esta última marcada pelo abuso e o arbítrio no controle da propriedade e do poder político que dela sempre derivou no Brasil (TAVARES, 2000).

Pelo imperativo da racionalidade do agronegócio, não apenas não existiriam fatores de irracionalidades econômicas a organizar uma questão agrária, mas principalmente não teriam existência os elementos extraeconômicos que justificassem uma questão agrária, a racionalidade do capital teria destronado o eixo organizador dos interesses no campo posse da terra. De tal modo que o conjunto de crises sociais que perpassam o campo, não são da ordem

do poder, do político, mas da lógica da razão econômica, para a qual não haveria alternativas, estas últimas classificadas como “mistificações” (BUAINAIN et al., p. 181) em relação ao imperativo do mercado.

O discurso do Agropensa - órgão da Embrapa destinada ao estudo ao Agronegócio - ratifica essa retórica através da transição metafórica entre o País Agrário ao País Agrícola, em que o que classificam como temas sociais vinculados à concentração fundiária, direitos trabalhistas e pobreza rural, portanto terra e trabalho como significantes privilegiados, dariam lugar a problemas decorrentes da ordem da racionalização do capital, de ordem econômico-financeira (AGROPENSA, 2018).

Do mesmo modo que, a partir desta construção, a questão agrária - terra e trabalho - funciona como uma exclusão, significante expelido do campo de significação, a estabilizar o sistema de diferenças que dá sentido ao agronegócio, opera também como uma ameaça à ordem social.

De tal forma que o discurso do agronegócio a respeito da temática implica em considerá-la, nas suas derivações de ordem política, como a dimensão do horror, daquilo que pode vir a desorganizar o modelo de sucesso construído pelo processo de significação do sistema, conforme pode se observar em Roberto Rodrigues, ao comentar a respeito dos processos de ocupação de terras por movimentos sociais nos anos 1990: “É imperioso acabar com isto, mesmo porque em determinadas regiões do país a prática inibe investimentos no campo. Gera insegurança, medo e ódio” (RODRIGUES, 1998, p.14).

A consideração da questão agrária como uma exclusão tem um sentido teórico e histórico. Em primeiro lugar, do ponto de vista conceitual, uma exclusão é aquilo que permite a um sistema de significação encontrar uma coerência, uma sistematicidade. Um elemento excluído é aquele que não pode ser absorvido pelo discurso hegemônico, logo precisa ser excluído para garantir um ordenamento da produção de significados (LACLAU, 2000).

Se esta é a face da condição de possibilidade de um sistema de significação, é também a sua impossibilidade, dada a própria possibilidade de retorno do excluído através de deslocamentos da ordem estrutural de significação e do antagonismo (LACLAU, 2000; 2011).

Do ponto de vista histórico, o discurso sobre a questão agrária perdeu relevância política ao não representar mais um impasse histórico ao processo de acumulação de capital no Brasil e passou a ser referente de uma posição de inclusão dos excluídos na institucionalidade do Estado, em especial a figura da agricultura familiar nos anos 1990 (MARTINS, 1999, 2003).

Mesmo nos anos 2000, com o ascenso de um governo de aliança popular, o tema da questão agrária retornou no espaço público por meio da disjuntiva entre uma reforma agrária compensatória, como política social de luta contra a pobreza e a miséria e outra, massiva, pela desapropriação de propriedades de terra improdutivas, luta contra o latifúndio, reformulação da estrutura concentrada da propriedade da terra, com a vitória dos movimentos sociais que articulam posições em favor da primeira (ARIOVALDO, 2007, 2015).

Para lidar com esta *horrific dimension*, a temática da questão agrária foi reorientada pela reorganização da reforma agrária, que, inicialmente, obteve apoio das elites agroindustriais reunidas em torno da ABAG, assim como uma política agrícola para além daquela destinada aos produtores patronais e políticas sociais no campo (POMPEIA, 2018).

Sobre o tema da reforma agrária, já em contexto de ascensão das lutas populares no campo, Roberto Rodrigues, uma das lideranças do agronegócio no Brasil, afirmou: “(...) é preciso desarmar espíritos, promovendo uma reforma agrária que resolva sem demagogia e exagero o problema social” (RODRIGUES, 1998, p.14). O posicionamento da Abag, no entanto, variou

A solução do problema passava pela contaminação metonímica da reforma agrária por elementos do discurso do novo modelo econômico do agronegócio, o produtivismo, a variar, em sua ligação com a agricultura não patronal, entre política compensatória para os que não podem participar da globalização dos mercados, políticas de inclusão aqueles que podem vir a ser parte e, por fim, a completa negação de qualquer alteridade em relação à forma de produção, distribuição e comercialização da produção das commodities agrícolas (Bruno, 1995, 2016).

Este caso é particularmente relevante quando se pensa na agricultura familiar e na relação discursiva estabelecida com o agronegócio. O discurso do agronegócio busca classificar e simplificar a estrutura social do campo através da disposição de relacionar as diferenças entre a agricultura patronal - modelo de negócio a ser seguido - e a agricultura familiar numa ordem de posições estabilizadas (BRUNO, 2016).

O discurso do agronegócio sobre a agricultura familiar e a questão agrária não são operações políticas sobre um vazio de relações. Na verdade, representam um conjunto de articulações de significados que trabalham sobre uma dada conformação social. Só é compreensível a capacidade do agronegócio de capturar segmentos dos agricultores familiares se considerarmos a forma como estes estão alocados num sistema de significação que expressa uma desigualdade de poder a partir de uma exclusão constitutiva.

Na redemocratização, surgiram, em representações políticas, múltiplas identidades vinculadas à questão agrária, tanto a partir da implosão da categoria do trabalhador rural

(Medeiros, 2001), quanto a partir de uma crise de representação da Contag (Picolotto, 2009, 2011). Demandas vinculadas à contestação da ordem social por meio da reforma agrária, extensão dos direitos trabalhistas às zonas rurais, nova política agrícola e contra a violência no campo estavam entre aquelas organizadas pelos novos movimentos sociais (PICOLOTTO, 2009, 2011).

Para a agricultura camponesa, se no período da redemocratização a disputa se dava em torno da questão agrária, na luta por reforma agrária e pela luta por direitos trabalhistas, ao ter sido derrotada pela unidade das elites agroindustriais na Constituinte e no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e, posteriormente, interpelada pela confluência entre o neoliberalismo e as bandeiras democrático-populares, esta passou a ser organizada em torno da ideia de participação, da construção de alternativas de políticas agrárias e agrícolas específicas para as suas demandas de uma nova identidade: agricultura familiar (PICOLOTTO, 2011).

Os movimentos sociais em torno da luta pela terra e da agricultura familiar camponesa passaram a operar sobre a lógica das reivindicações propositivas (PICOLOTTO, 2011), em torno, segundo, Ferreira; Alves e Carvalho Filho (2009) de reestruturação e reconversão produtiva de sua atividade, menos vinculada, portanto, a questões como reforma agrária e direitos trabalhistas e mais direcionada a formação de um projeto de desenvolvimento alternativo de produção agrícola, pelo fortalecimento da agricultura familiar (PICOLOTTO, 2009).

A ideia de uma disputa entre agronegócio e agricultura familiar pela construção do significativo desenvolvimento rural e agrícola (DELGADO, N.G., 2010), esconde, deste modo, uma própria exclusão: a dimensão da possibilidade de ruptura com uma ordem social, a dimensão da questão agrária ou, dito de outro modo, a transição de uma lógica política da equivalência, em que o antagonismo divide o campo político em dois, para uma lógica política da diferença, em que múltiplas particularidades passam a operar num campo discursivo em que a fronteira das cadeias de equivalência foi obnubilada, ou, dito de outro modo, em que cada diferença cumpre um determinado papel dentro de uma ordem social (LACLAU, 2005).

Neste sentido, estamos sobre aquilo que é o fundamental para o entendimento da constituição da hegemonia do agronegócio e da sua disputa discursiva para a fixação de sentidos a respeito de sua atividade.

Do ponto de vista econômico, o estabelecimento de um regramento social vinculado ao neoliberalismo, com liberalização econômica, desregulamentação e privatizações (Sallum Jr., 2003, Fiori, 2007; Filgueiras, 2008) e de outro, o seu sustentáculo social, por meio de um domínio político na sociedade civil, pela reformulação dos princípios éticos políticos de uma

sociedade civil que transita de uma organização contestadora à uma ordem participativa, pluralista, moldada pelo discurso das soluções técnicas e proposições de soluções parciais para problemas totalizantes (DAGNINO, 2004; Burgos, 2015) são articulados numa dimensão de ajuste de uma nova lógica social.

O bloqueio que esta articulação representa para as cadeias de equivalência populares, de luta pelo desenvolvimento igualitário, acaba por converter antagonismos em posições diferenciais na estrutura discursiva, particulariza os pólos antagônicos entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa, pelo pluralismo das identidades em detrimento da conformação do político em que a *plebs*, ou seja, a parte, que ser o todo, o *populis*, na definição de hegemonia de Laclau (2005).

No que é mais importante para uma nova disputa hegemônica em que o agronegócio avança politicamente, este processo torna os significantes como reforma agrária, desenvolvimento agrário, agricultura familiar, segurança alimentar, entre outros, em significantes flutuantes, ou seja, significantes dispostos à prática de uma rearticulação discursiva.

Assim que, o agronegócio pode se apresentar em sua *beatific dimension*, como gerador de empregos, renda, garantidor da segurança alimentar, desenvolvimento, fonte de suprimento de alimentos para o mundo (celeiro do mundo), porta de integração a canais de potencialização do crescimento econômico e da integração do país ao comércio global, enquanto que, alternativas ao seu modelo econômico tendem necessariamente ser identificadas como fantasiosas e mistificadoras, como destaca a leitura de Mattei (2014) na análise crítica que realizou a respeito das Setes Teses do Mundo Rural.

Isto porque a dimensão do antagonismo que divide a sociedade em dois campos foi obstaculizada. Falar em reforma agrária a partir da questão agrária tem, por exemplo, como cerne de um discurso, uma conversação a respeito de uma dimensão organizadora de um antagonismo. A reforma agrária, como a define Bruno (2009, p.217) a partir de Mihel Gutelman, trata da transferência da renda da terra dos que têm a propriedade monopolizada e concentrada a outros grupos sociais.

Se considerarmos a questão agrária como um válido um ataque ao centro da racionalidade hegemônica do agronegócio - a comodificação da natureza, no que se quer dizer, a organização dos mercados, da lógica do capital, sobre a terra - a reforma agrária, como redistribuição de renda, não pode significar apenas a repartição do rendimento vinculado à terra, mas a própria subversão do sentido de finalidade relacionado ao rendimento econômico para outras orientações, como a preservação dos biomas, a cultura, as comunidades tradicionais,

além da própria possibilidade de pensar outros modelos de agricultura, além do produtivismo.

Repartir a renda agrária, como forma de reforma agrária, é reorganizar as orientações de produção do rendimento agropecuário para além de suas orientações de privada apropriação. É contra esta possibilidade de outra objetividade social que o discurso do agronegócio é formulado, é exatamente esta a dimensão da exclusão da questão agrária como significante na esfera pública e da lógica da diferença como eixo de estruturação de uma formação discursiva do agronegócio.

Esta é também a dimensão de um exterior constitutivo que tem um quadro de referência institucional preciso no norteamento das relações de posse, uso e domínio da terra. Segundo Delgado (2018, p.291-292) são três regimes fundiários que organizam o uso, posse e domínio das terras no Brasil a partir de Constituição de 1988: a) o regime de produção agropecuária submetido ao princípio da função social da terra, ordenado pelo Artigo 5º, item XXIII e artigo 186; b) o de terras indígenas e quilombolas, respectivamente artigo 231 e ADCT, artigo 8º; c) o regime que configura as unidades de conservação ambiental.

Estas formas sociais de apropriação da terra que estão em relação antagônica à dimensão primeira de organização discursiva do agronegócio: o uso expandido da terra pela dinâmica racionalizadora das demandas de mercado e da especulação com financeirização da renda da terra. Nos termos de Delgado (2018, p.21): “a política agrária e a hegemonia política [do agronegócio] perseguem outro ordenamento - o critério estrito do conceito mercantil ou “terra mercadoria”, em profundo desacordo com o ordenamento constitucional”.

Não por acaso, estes são exatamente os pontos em que a boa sociedade do agronegócio encontra pontos de antagonismos irreconciliáveis, no que queremos dizer, dividem o campo social em dois pólos discursivos incomensuráveis e demonstram uma transição da lógica política do agronegócio no cenário atual: a transposição da lógica da diferença ao potencial retorno da lógica da equivalência, da divisão do social em dois e a impossibilidade de uma sociedade do agronegócio.

Considerações finais

A plenitude da identidade do agronegócio (*beatific dimension*) como única alternativa de desenvolvimento agrário e agrícola se relaciona diretamente com a dimensão do horror (*horrific dimension*) de uma questão agrária - como um exterior constitutivo e um antagonismo sem medida interna de comparação com a objetividade social propagada pelo agronegócio - que amplifica as possibilidade de articulação de alternativas ao campo e isso engaja, interpela,

articula os diferentes discursos das elites agropecuárias dentro de uma unidade política das elites agroindustriais, Estado e sociedade e a sobredeterminação de uma universalidade num terreno de fragmentação de identidades.

No discurso das lideranças do setor, por boa agricultura é erigido a ideia da modernização, com máquinas, defensivos agrícolas (agrotóxicos), transgênicos, fertilizantes e corretivos do solo, entre outros elementos que partem da “Revolução Verde” a organizar tecnicamente a forma de penetração do capital sobre a terra. Uma agricultura moderna, ordenada pela dinâmica dos mercados (capital) e, por isso mesmo, produtiva, competitiva, internacionalizada, geradora de riquezas, mas também garantidora da segurança alimentar, da geração de renda, da internalização e interiorização do desenvolvimento econômico (ABAG, 1993).

Por sua vez, por boa sociedade, uma ordem comunitária integrada aos fluxos de capitais do mundo, interconectada às cadeias de comércio global, entendidas como fontes de construção da própria riqueza. Boa agricultura e boa sociedade passam a ser discursivamente articuladas de tal modo que pode se afirmar a metáfora que relaciona o desenvolvimento do *agribusiness* com o desenvolvimento do país: “defender posições coerentes de apoio a políticas de desenvolvimento do Agribusiness que, felizmente, se confundem com o próprio desenvolvimento do país”⁶ (ABAG, 1993, p.11).

Entretanto, a coerência de um sistema discursivo está vinculada a exclusão de elementos do processo de significação. E, como tal, no sistema do agronegócio, foi excluída a questão agrária, como um problema da organização do poder político no Brasil. Por meio do interesse, o que era questão agrária se tornou problema de gestão política de uma questão agrícola.

Ainda que, a partir desta articulação discursiva, o agronegócio tenha se tornado uma hegemonia política no Brasil, com uma aglutinação de interesses que perpassam o Congresso Nacional, o governo Federal, o sistema judiciário e a mídia corporativa, a exclusão da luta pela terra retorna à história por meio de uma transformação da questão agrária, que mais do que reforma agrária, passa crescentemente a relacionar outros temas, como a sustentabilidade, o meio ambiente, a defesa dos marcos regulatórios de destinação de terras indígenas e quilombolas, a agricultura familiar camponesa e tantas outros significantes flutuantes que permanecem a apontar para uma outra sociedade, que não cabem no modelo de exploração da

⁶ Assim como, além da anterior, outras metáforas passam a ser articuladas, como a ideia de que o desenvolvimento agrícola possível e o desenvolvimento agrícola realmente existente se consubstanciam no agronegócio (Buainain et al., 2013), tanto quanto o paralelismo que relaciona a transformação de um Brasil agrário a um Brasil agrícola (Embrapa, 2018, p.49).

natureza sustentado pelo discurso das elites agropecuárias.

Referências

ARIOVALDO, Ariovaldo Umbelino de. Reforma Agrária, Grilagem das Terras Públicas e a Luta Pela Terra e Território no Brasil. Memórias do XV **Encuentro de Geógrafos de América Latina "Por uma América Latina unida y sustentable"** - Palacio de Convenciones de La Habana, Cuba, 06 a 10 de abril de 2015, ISBN: 978-959-7167-50-1, p. 16

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. A. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In.: BOLLE, W. et Al. (ORGs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness**. São Paulo: Abag, 1993.

AGROANALYSIS. Carta aberta. Página Virada. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 8, p. 7-7, 01 ago. 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/47954>. Acesso em: 07 jun. 2025.

_____. Carta aberta. Qualidade e comprometimento. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 9, p. 11-11, 01 set. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/49025>. Acesso em: 07 jun. 2025.

AGROANALYSIS. Carta Aberta: a hora do café. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 9-9, 01 dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/issue/view/2739>.

Acesso em: 01 jun. 2025.

AGROANALYSIS. Da redação: questão de sobrevivência. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. **Agroanalysis**. 19, n. 09, p. 10-10, 01 set. 1999. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/issue/view/2760> . Acesso em: 07 jun. 2025.

AGROPENSA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília: Embrapa, 2018

ALENTEJANO, P. A hegemonia e a reconfiguração da luta pela terra e Reforma Agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.4, n.42, 2020, p.251-285.

BARROS, R. Geraldo Sant'ana de Camargo. Agronegócio: Conceito e Evolução. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**, Piracicaba. 2022.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Política Agrícola**, São Paulo, v.2, n.22, p.105-121, jun.2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

p. 209-211.

BURGOS, Raúl. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil. IN: Ilse Scherer-Warren; Lígia Helena Hahn Luchmann. (ORG.). **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Led. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015, p.161-233

Bruno, Regina. **Um Brasil Ambivalente**. Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad, X. 2009

_____. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.24, n.1, p.142-150, abr.2016

_____. **Senhores da Terra, senhores da guerra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 46. P. 69-89,1996.

_____. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.32, n.2, p.5-31, 5 nov. 1995

BRASIL. **Marca histórica do agronegócio brasileiro destaca protagonismo na segurança alimentar global**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/marca-historica-do-agronegocio-brasileiro-destaca-protagonismo-na-seguranca-alimentar-global-1> . Acesso em: 18 jun. 2025.

CARNEIRO, Maria José. Políticas públicas e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.l.], v.5, n.1, p.70-82, abr.1997.

CAMARGO NETO, Pedro de. A questão do endividamento. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 44-44, 01 set. 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/47650> . Acesso em: 01 jun. 2025.

CONTINI, E.; ARAGÃO, A. O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas. Brasília: **Embrapa**, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59784047/o-agro-brasileiro-alimenta-800-milhoes-de-pessoas-diz-estudo-da-embrapa> . Acesso em: 18 jun.2025

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. Relatório Dataluta Brasil: 2017.

Presidente Prudente: **Nera - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária** – Fct/ Unesp, 2018.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexão com a União Europeia**. São Paulo: FFfch - Usp, 2017.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 139-164, out. 2004.

DELGADO, Guilherme. Os sujeitos ocultos que desfiguram pretensões igualitárias da ordem constitucional. Entrevista concedida a João Vitor Santos.[S.L.]. **IHU-on line**, 09 de abril, 2018.

_____. Economia do Agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. In: Associação Brasileira da Reforma Agrária. *Agronegócio e realidade agrária no Brasil*. Campinas: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, 2013.

p. 61-69.

_____. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. São Paulo: **INCRA**. *Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: Agns, 2005. p. 21-85.

_____. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil 1965-1985**. São Paulo: Icone, 1985

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e Agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática. *Novos Cadernos Naea*, eletrônica, v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. *Geosp*, v. 25, n. 2, e-182640, ago. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em <https://revistas.usp.br/geosp/article/view/182640> . doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.182640>.

ELIAS, D. Globalização e Agricultura no Brasil. **Geo Uerj: Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 23-32, 2002.

FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J.J. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). Acompanhamento e Análise de Políticas Sociais. **IPEA**, nº 17, vol. 2, 2009

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In.: **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

FIORI, José Luiz. Olhando para a esquerda latino-americana. In: DINIZ, Eli (org.). **Globalização, Estados e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fgv, 2007. Cap. 3.

Fundação FHC. **Reforma agrária: a disputa por propriedade e uso da terra desde a redemocratização**. 2023. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/reforma-agraria/> . Acesso em: 22 ago. 2023.

GERHARDT, Cleyton. Agronegócio "desde o gene até o meme": a invasão do vírus/totem agro. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 1-36, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/CB4DdpWntGr9ypDFygTNrct/?lang=pt#> . Acesso em: 01 maio 2023.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 147-152, out. 1982.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation in social and political theory**. London: Routledge, 2007.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. Critical Explanation in Social Science: A Logics Approach. **Swiss Journal Of Sociology**", S.L., v. 1, n. 34, p. 5-35, dez. 2008.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, São Paulo, v.74, n.25, p.159-196, jul.2010

HOWARTH, David. Aplicando la teoría del discurso: el método de la articulación. **Studia Politicae**, Córdoba, n. 5, p. 37-88, 2005.

JANK, Marcos Sawaya. O agribusiness brasileiro e o próximo governo (1ª parte). Entrevista concedida à **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 12-13, 15 out. 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/47661/44858> . Acesso em: 07 jun. 2025.

_____. O agribusiness brasileiro e o próximo governo (2ª parte). Entrevista concedida à **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 8-9, 01 nov. 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/issue/view/2706> . Acesso em: 07 jun. 2025.

LACERDA, Elaine. A Associação Brasileira do Agronegócio e a Institucionalização de interesses do Empresariado Rural no Brasil. **Revista Ruris**, v.5, n.1, 2011.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

_____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo Veintiuno, 1987.

LEITE, Sérgio Pereira. Liberalização comercial e internacionalização: condicionantes à agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], n. 7, p. 113-133, dez. 1996.

LOPES, C.L., MACEDO, E. Sobre a organização e os tradutores. Prefaciador de Ernesto Laclau. Rio de Janeiro: **EdUERJ**, 2011, 216 p.

HAFERS, LUIZ. Entrevista concedida a Patrícia Carvalho. O mercado é bem mais impiedoso que o MST. **Agroanalysis**. [S.l.], p. 1-5. mar. 1998.

MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.l.], v. 52, n. 1, p. 105-124, 2014. Fap UNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032014000600006>.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Tempo Social: **Revista de Sociologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 141-175, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/38HFFkDhvV7Dqtd4xkmjlm/?lang=pt> . Acesso em: 01 fev. 2022.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. Tempo Social: **Revista de Sociologia USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200007>

MEDEIROS, L.S. “Sem terra”, "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre

os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)**. Stédile J. P. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness. **Antítese**, Goiânia, v.2, p. 11-29, 2006.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 249-258, dez. 2007.

MOUFFE, Chantall. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrario**, La Plata, v. 9, n. 18, jun. 2009.

_____. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PINAZZA, Luiz Antônio. Uma visão sistêmica para a política agrícola. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 8-9, 01 jan. 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/48336> . Acesso em: 07 jun. 2025.

PINAZZA, Luiz Antonio, Alimandro, Regis. Novo Mundo Rural: relações do censo agropecuário confirmam o que já diz o filósofo heráclito de éfeso na Grécia antiga: "apenas a mudança é permanente". **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 12-24, 01 abr. 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/52393> . Acesso em: 07 maio 2025.

PIRES, M. J. S. RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, 2009.

Pompeia, C. **Formação política do Agronegócio**. 2018. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Ifch, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2018.

POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sergio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 57, p. 175-198, 30 jun. 2021. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v57i0.77248>

REYDON, Bastiaan Philip. Governança da terra e a questão agrária no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al* (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. Cap. 3. p. 725-760.

RODRIGUES, Roberto. Reformas estruturais para a agricultura. Entrevista concedida à

Agroanalysis, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 1-5, 01 jun. 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/47882> . Acesso em: 07 jun. 2025.

_____. A ponte para o futuro. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 18-19, 01 abr. 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/48481> . Acesso em: 07 jun. 2025.

_____. Noves, fora um. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 16-18, 01 abr. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/48629> . Acesso em: 07 jun. 2025.

_____. Tempo de Balanço. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 13-14, 01 jan. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/48499> . Acesso em: 07 maio 2025.

_____. Um só discurso. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 66-66, 01 maio 1999. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/49363> . Acesso em: 21 jun.2025

_____. O maior negócio do país. Entrevista concedida à Bruno Blecher **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 3-5, 01 abr. 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/50568> . Acesso em: 07 jun. 2025.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Ed.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017, p. 265- 291.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 18, n. 52, p. 35-54, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092003000200003>.

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa informação Tecnológica, 2008. 81 p.

SILVA, José Graziano da; KAGEYAMA, Angela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998. Cap. 1. p. 1-40.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. rev. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

STRAVAKAKIS, Yannis. **The Lacanian left: psychoanalysis, theory, politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

Schwarz, Roberto. Fim do Século. In: Schwarz, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 1999 .pp.155-158

IORIS, A.A.R. O significado político e as consequências a longo prazo da hegemonia do

agronegócio no Brasil. in: Machado, C.R.S (orgs.) **Conflitos ambientais e urbanos: pesquisa e resistência no Brasil e no Uruguai**. Rio Grande. FURG, 2018.